NÃO À REFORMA

Tangaraenses promovem ato contra reforma da previdência

A manifestação será na 'Praça da Resistência', a partir das 7h

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação Básica (Sintep), da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adunemat), da União dos Estudantes (UNE) e da União Tangaraense dos Estudantes (UTES) promoverão nesta sexta-feira, 22 de março, um ato contra a Reforma da Previdência.

A manifestação, conforme chamamento dos envolvidos, acontecerá na Praça Antonio Alves Duarte (antiga prefeitura), chamada por eles de Praça da Resistência, a partir das 7h. "Precisamos muito dar visibilidade ao nosso descontentamento em relação a essa proposta de desmonte de nossos direitos", descrevem os representantes, em chamamento, ao convidar todos os estudantes da educação básica e superior, professores e professoras, pais e mães, trabalhadores do setor público e privado e trabalhadores do campo, para esta mobilização, que acontecerá também em diversas cidades do Brasil e do Mato Grosso.

"Estamos nos posicionando contra a reforma da previdência"

> **O trabalhador que paga a conta e o preço mais alto, sempre**

De acordo com a presidente do Subsede do Sintep de Tangará da Serra, Francisca Alda de Lima, além do ato público na Praça da Resistência, muitas escolas farão também nesta data mobilizações com a comunidade escolar, assim como paralisarão as aulas em protesto. "É um dia de grave nacional e mobilização. Tem unidades escolares que irão trabalhar com a comunidade e tem unidades que, além da mobilização com a comunidade, vão paralisar as aulas, em protesto", explica, ao mostrar sua indignação à Proposta de Emenda à Constituição – PEC da Previdência, que afeta trabalhadores do setor privado e servidores públicos. "A reforma vai acontecer apenas para os trabalhadores. Quem realmente precisa ter a aposentadoria revista, não vai passar por isso. Então, o trabalhador, o servidor público, o agricultor, ficará prejudicado com a reforma. Os governantes sempre defendem o lado deles e o trabalhador que paga a conta e o preço mais alto, sempre. Então estamos nos posicionando contra a reforma da previdência".

Entre as principais mudanças trazidas com a reforma da previdência, estão a obrigatoriedade da idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para mulheres, o aumento do tempo de contribuição 15 para 20 anos (para ter direito a 60% do benefício) e o fim das condições especiais para trabalhadores rurais e professores terem direito ao benefício. Quem quiser receber 100% do benefício terá que contribuir para o INSS durante 40 anos.

PREVIDÊNCIA

Reforma de militares e civis têm caminhos distintos

UOL

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) entregou à Câmara, esta semana, a segunda parte da reforma da Previdência, que muda as regras de aposentadoria dos militares. Agora, essa proposta tramita oficialmente, assim como a que muda as regras para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos civis. Porém, as duas têm andamento diferente no Congresso.

As mudanças para militares foram enviadas em um Projeto de Lei (PL). A proposta que afeta trabalhadores do setor privado e servidores públicos muda pontos da Constituição e, por isso, foi enviada como PEC (Proposta de Emenda à Constituição). A PEC precisa seguir um caminho mais longo e exige muito mais votos para ser aprovada.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse a líderes que a reforma da Previdência (dos civis) começará a tramitar de fato nos próximos dias, pela Comissão de Constituição e Justiça. Já o Projeto de Lei que trata da reforma dos militares - cujo trâmite é mais curto e exige menos votos para ser aprovado - só deve entrar em pauta após vencida a batalha da PEC.

Proposta afeta trabalhadores